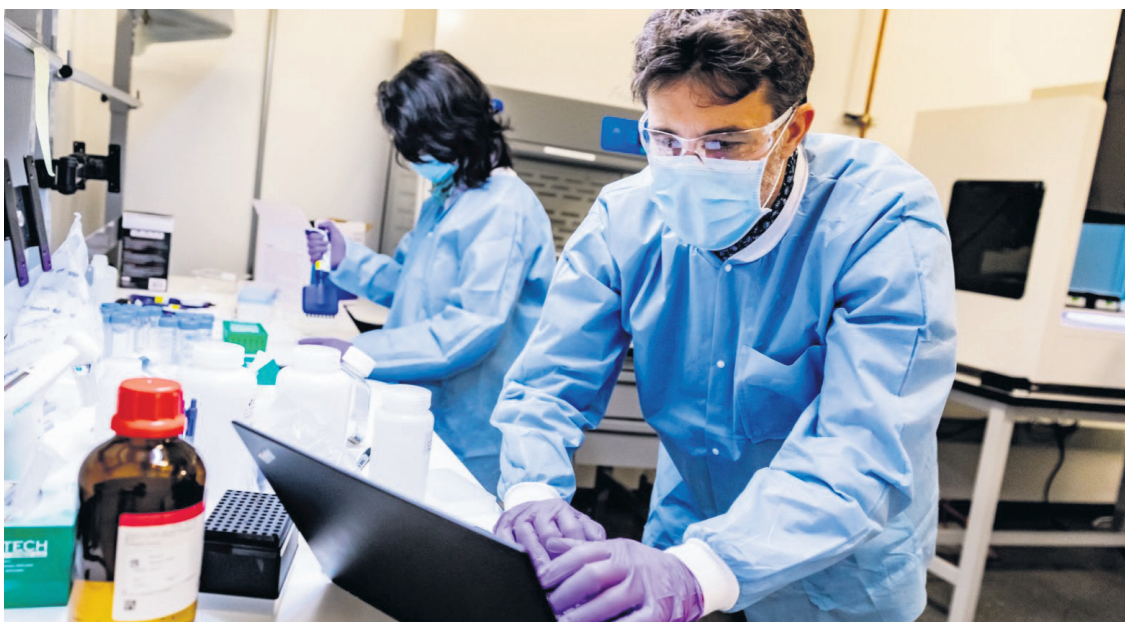




Reuters

DADOS PESSOAIS

“Teremos conflitos entre direitos dos cidadãos e segurança”

Advogados defendem uma conjugação de mecanismos, como o controlo da população com dispositivos móveis ou a implementação de um passaporte imunológico.

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@jornaleconomico.pt

A necessidade de controlo da pandemia levou os governos a adotarem tecnologias para rastrear o movimento das pessoas infetadas ou mesmo em isolamento. Porém, o constitucionalista José de Matos Correia alerta o JE que esta crise sanitária também colocou o foco no dever de respeito da reserva da privacidade. Em entrevista conjunta com João Leitão Figueiredo, associado coordenador na CMS Rui Pena & Arnaut, os advogados apelam a “um sentido de proporcionalidade” entre a necessidade destas apps ou *drones* e o direito à reserva da vida privada.

Qual a diferença, em termos jurídicos, de recorrer aos dados de localização para rastrear a propagação do vírus e utilizá-los para controlar a movimentação

de cidadãos em quarentena?

Essas atividades são conceptualmente distintas, uma vez que o controlo da movimentação de cidadãos em quarentena constitui uma forma de tratamento da informação teoricamente mais gravosa e intrusiva. Mas devemos, ainda assim, questionar se as tecnologias subjacentes a qualquer das finalidades de tratamento de dados serão efetivamente diferenciadas e, muito particularmente, se o volume de informação recolhida é distinto. O recurso a soluções que permitam a monitorização da localização e/ou de contactos, através do uso de dispositivos digitais, constitui sempre um sério risco de intrusão na vida privada e privacidade de qualquer indivíduo, seja por recurso a dados de localização ou rastreio de contactos. São, portanto, muito ténues as diferenças entre as duas finalidades, quando o fim último poderá sempre resultar na rastreabilidade e acompanhamento sistemático e em



JOSÉ DE MATOS CORREIA
Advogado consultor e especialista em Direito Constitucional



JOÃO LEITÃO FIGUEIREDO
Associado coordenador na CMS Rui Pena & Arnaut

larga escala da localização e/ou de contactos entre indivíduos. A solução deverá sempre passar por adequar as tecnologias de rastreabilidade aos princípios basilares do tratamento da informação e dotar os instrumentos tecnológicos de medidas que permitam mitigar o impacto e os riscos para os indivíduos, seja com recurso a medidas técnicas e organizativas como a anonimização dos dados de localização, ou o reforço do controlo na aplicação dos princípios basilares em matéria de proteção de dados e privacidade, como a minimização dos dados tratados, ou, ainda, preferencialmente, a inclusão de mecanismos que permitam a utilização voluntária de tais funcionalidades.

Qual o limite do uso da tecnologia de vigilância para controlo da pandemia?

Temos vindo a constatar, porventura com surpresa, que muitos cidadãos portugueses, e muitos deles

com posições de relevo na nossa sociedade, exortam o Governo a recorrer à utilização de *drones* para controlo da população, à monitorização inteligente através de meios de CCTV, à análise de dados de tráfego no âmbito das comunicações eletrónicas ou, inclusive, à utilização de aplicações nos nossos dispositivos móveis. Estas tecnologias que, por vezes por desconhecimento ou pelo receio gerado pelo contexto pandémico, poderemos ser impelidos a aceitar, têm a capacidade de, quase sempre, impor restrições e representar riscos para os nossos direitos enquanto indivíduos. Se é certo que as barreiras legais à utilização de tecnologias de vigilância se encontram claramente definidas, não é menos verdade que vivemos, enquanto sociedade, um período tão desafiante, que iremos seguramente assistir a verdadeiros conflitos entre direitos consagrados na Constituição e outros interesses gerais que ela tutela como, por exemplo, a segurança dos cidadãos ou a preservação da saúde pública. Nessa medida, as decisões das autoridades públicas, que em primeira linha privilegiarão, necessariamente, o direito à saúde e à vida, têm de ser pensadas e aplicadas de forma o menos intrusiva possível no que toca ao direito à privacidade, e num período temporalmente bem definido – impõe-se, portanto, um sentido de proporcionalidade.

Na China foram atribuídos códigos nos smartphones para identificar quem está livre de Covid-19, por exemplo. Qual é a solução mais eficaz em Portugal?

As soluções a adotar deverão ser objeto de um sério e competente controlo por parte das autoridades públicas. As ordens jurídicas dos Estados são, antes do mais, resultado das diferenças culturais, sociais, políticas e até económicas entre eles. E daí que não se possa afirmar que um modelo político favorece ou facilita o combate à pandemia ou permite a adoção de medidas mais eficazes – a China é uma ditadura, Singapura e a Coreia do Sul são democracias. Porém, como é óbvio, pese embora o contexto pandémico e os riscos de saúde pública, deveremos sempre continuar a defender os princípios que nos caracterizam política e socialmente. Admitimos, ainda assim, que a solução eventualmente mais eficaz no contexto de um Estado de Direito Democrático, como o português, possa resultar de uma conjugação de mecanismos, como sejam o controlo da população mediante a utilização de dispositivos móveis ou a implementação do passaporte imunológico. Atente-se, por exemplo, na recente parceria entre a Apple e a Google para produção de uma aplicação integrada que permitirá, através de uma tecnologia apelidada de *contact tracing*, prevenir o contágio mediante a troca de sinais de Bluetooth entre os seus vários utilizadores. ●